

DA CIVILIZAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO: UM ESFORÇO DE INTERPRETAÇÃO  
DA AUTOIMAGEM DO BRASIL COMO ATRASADO ATRAVÉS DE SEU  
PENSAMENTO POLÍTICO (1822-1979)

Helio Cannone<sup>1</sup>

**Resumo**

Este trabalho pretende-se um primeiro esforço de sistematização de como as elites brasileiras enquadraram na história nacional a sua percepção de estarem em um país atrasado. Para tal, partiremos da interpretação de que desde a Formação do Estado brasileiro até a crise do Petróleo de 1979, o país passou por três paradigmas de interpretação do atraso. São eles: Civilização, modernização como evolução e modernização como desenvolvimento. Dado o caráter exploratório deste trabalho, nos fundamentaremos pela leituras dos autores do período e recurso a historiografia e fontes secundárias. Dado que o objeto de nossa tese de doutorado – ainda em andamento – se concentra no terceiro período, não enfatizaremos neste trabalho os outros dois tanto como este. Nosso objetivo maior é entender a disputa por projetos de desenvolvimento no Brasil como algo conectado a uma tradição de longa duração na História política nacional.

**Palavras-chave:** Nacionalismo; Desenvolvimentismo; História dos conceitos; Ideologias Políticas

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela PUC-Rio, Mestre e Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ. Membro do Beemote (grupo de estudos em Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro) e do GEEP (grupo de estudos de Economia e Política), ambos do IESP-UERJ. Esta pesquisa foi desenvolvida com auxílio do CNPq.

## **1. Introdução: a Filosofia da História e o problema do atraso no Brasil**

Segundo François Hartog (2013) o regime de historicidade do Ocidente teria se modificado a partir da revolução francesa. Na medida em que um modelo de história exemplar já não conseguia mais orientar a ação, surgia o conceito moderno de História como progresso e a serviço dele. Passava a ser entender, então, a História no singular, como processo universal. Para Koselleck (2006), a própria modernidade se caracterizaria pelo afastamento da experiência e da expectativa. Nesta concepção linear e evolucionista, o futuro é visto como um ponto superior em relação ao presente. No conceito de História enquanto Filosofia da História, o progresso era uma marcha das civilizações rumo ao aperfeiçoamento e ao distanciamento em relação ao passado.

Ao mesmo tempo, mas não no mesmo espaço que a Europa, a Filosofia da História foi recepcionada pelos intelectuais e atores políticos do outro lado do Atlântico. Tal como aponta Christian Lynch (2016), o fato das elites brasileiras se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. Elas teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, no qual o Brasil estaria atrasado em relação ao centro. Segundo o mesmo autor, seria uma tônica do pensamento brasileiro a autoimagem do país como atrasado frente a um centro desenvolvido. Para reparar esta deficiência, medidas econômicas, sociais e políticas deveriam ser tomadas. No século XIX, este discurso se dava na disputa entre o Partido Liberal e Conservador por um modelo de encaminhar o progresso que poderia ser federalista ou unitarista, a fim de tornar o Brasil um Civilização. Na Primeira República, este anseio ganhou a forma da disputa por projetos de modernização nacional de insumo cientificista, tendo as ciências duras como referência de interpretação e solução da realidade. Nas primeiras décadas do século XX, autores como Alberto Torres e, posteriormente, Oliveira Viana e Azevedo Amaral se destacam como defensores de um modelo de entrada do Brasil na modernidade encabeçado pelo Estado. Nas décadas seguintes, o entusiasmo com o desenvolvimento econômico produzido a partir da Era Vargas fez com que esta disputa diacrônica entre nacionalistas e cosmopolitas ganhasse feição específica, o que levou diferentes atores a defender projetos desenvolvimentistas nos anos 1950 e 1960.

Em um esforço de sistematização, podemos categorizar estes diferentes modelos de compreensão da realidade e de solução dos problemas nacionais a partir do que Thomas Khun (2017) chamou de Paradigmas. Entendemos por este termo um conjunto de ideias, métodos e

referenciais linguísticos e filosóficos que orientam a produção de conhecimento durante determinado período. Entre a formação do Estado brasileiro e a crise de 1979, consideramos existir três paradigmas que interpretam de modo diferente a Filosofia da História em território nacional. São eles os paradigmas da: Civilização, Modernização como evolução e Modernização como Desenvolvimento. Embora os termos existissem antes e depois dos períodos de seus paradigmas, eles ganharam conteúdo semântico distinto durante sua hegemonia. Uma tentativa de organização segue na tabela abaixo<sup>2</sup>:

Paradigmas	Período	Características gerais	Exemplo de autores
Civilização	Formação do Estado até Proclamação da República	Problema do atraso como problema de enquadrar o país nas instituições, no comportamento e nos costumes típicos dos países civilizados. Soluções tanto unitaristas quanto federalistas para o problema da Ordem e da manutenção geográfica e administrativa do território. Direito e Filosofia como referencial teórico fundamental.	José Bonifácio, Visconde de Uruguai, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Bernardo Pereira de Vasconcelos
Modernização como evolução	Primeira República até a “Era Vargas”	Problema do atraso será resolvido pela modernização do país, via instituições modernas, solução dos problemas de miscigenação e de geografia e da adequação a nova lógica científica e da razão. Ciências naturais como referencial teórico fundamental. Influência do Positivismo e do Darwinismo.	Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Eduardo Prado, José Maria da Silva Paranhos, Campos Salles, Alberto Torres, Oliveira Viana
Modernização como Desenvolvimento	“Era Vargas” até a crise da Ditadura militar	Problema do atraso é fundamentalmente um problema econômico, a ser resolvido via um projeto nacional deliberado de	Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Golbery do Couto

<sup>2</sup> Esta tabela é apenas um primeiro esforço, grosseiro, de sistematização. Ao decorrer de futuras leituras e correções feitas por especialistas, busca-se torná-la mais sofisticada e precisa.

		Planejamento estatal da economia, industrialização via substituição de importações, formação de mercado interno nacional etc Economia como referencial fundamental, que serve inclusive de insumo para as Ciências Sociais, então em fase de institucionalização.	e Silva, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Luís Carlos Prestes, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, José Serra
--	--	--	---

## 2. A formação do Estado: o paradigma da Civilização e a questão Nacional

A existência de projeto nacional – ou nacionalismo – no período colonial é interpretação presente tanto na tese de doutorado de Ivan Salomão, quanto em artigo escrito em coautoria com Pedro Fonseca que sintetiza os seus argumentos. No segundo texto, os autores advogam:

A mais antiga vertente formadora do desenvolvimentismo foi o nacionalismo, cujas primeiras manifestações remontam ao período colonial. Faz-se pertinente qualificar suas diferentes facetas no decorrer do tempo, uma vez que durante a vigência do exclusivo metropolitano as rebeliões nacionalistas estiveram envoltas em uma clara aura política. (SALOMÃO; FONSECA, 2017, p. 8)

Nas considerações dos autores, os movimentos de contestação colonial do século XVIII seria a primeira expressão do nacionalismo. Posteriormente, no segundo reinado, seriam incorporadas pautas econômicas mais claras e o inimigo externo seria substituído por seus representantes internos. Entendemos que a existência de um pensamento sobre a Nação brasileira antes da formação do Estado brasileiro em 1822 não era possível. Pelo mesmo motivo, propomos que o salto do final do século XVIII para o Segundo Reinado feito pelo autor em sua tese de doutorado (SALOMÃO, 2013) e no artigo (SAMOLÃO; FONSECA, 2017) acaba por não tratar de um momento chave no qual a concepção de nação é formada pelos atores envolvidos na emancipação política do Brasil. A nosso juízo, esta incompreensão se deve ao fato de os autores quererem entender o nacionalismo como característica do desenvolvimentismo. Entretanto, advogamos que o imperativo do desenvolvimento na cena nacional é muito posterior a este período. Durante o Império, o conceito chave de superação do atraso nacional era Civilização.

Sobre a existência ou não de sentimento nacional durante o período colonial, consideramos necessário certa digressão historiográfica. Farta literatura produzida por historiadores (FAUSTO, 2012; MATTOS, 2004, MATTOS, 2005) e cientistas políticos (RICUPERO, 2004) indica que movimentos como as Conjurações Mineira e Baiana, Insurreição Pernambucana e tantos outros que dela se seguiram eram movimentos locais de revolta. Ao tratar destes movimentos, Boris Fausto sinaliza: “Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais” (FAUSTO, 2012, p. 98). Em outra passagem, o historiador enfatiza o tipo de identidade mobilizada pelos participantes destas contestações à Coroa portuguesa: “Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros” (Idem, p. 99).

Ilmar Rohloff de Mattos aponta para a mesma análise quando afirma: “Dessa forma, em que pesem os esforços de muitos por identificar uma unidade nacional em gestação desde o período colonial, a realidade construída pelo processo de colonização foi bem outra, e não escapou a alguns”. (MATTOS, 2004, p. 35). Em artigo do autor sobre a construção do Estado brasileiro após a independência, ele ressalta que a identidade que se mobilizava no Rio de Janeiro era de portugueses americanos, e explica:

Uma denominação - portugueses americanos - que se somava a muitas outras que expressavam as múltiplas identidades construídas ao longo do processo colonizador, nas diferentes regiões coloniais, como “paulistas”, “pernambucanos”, “bahianenses”, “filhos de Minas” ou ainda “patriotas”<sup>3</sup>. (MATTOS, 2005, p. 15)

Segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2005) em *A formação das almas*, a apropriação da Conjuração Mineira como um movimento de caráter nacional e emancipatório foi consolidada um século depois do evento. A partir da geração republicana de 1870 o evento teria começado a ser louvado, tanto pela sua defesa da república quanto – supostamente – da Nação. Tal interpretação teria se intensificado e se transformado em verdadeira propaganda do Regime republicano após a proclamação da República em 1889. Entre os procedimentos adotados estava a invenção do único condenado à morte por participar da conspiração – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – como mártir da República e do Brasil. Na narrativa do autor, foi deste modo que um movimento que sequer chegou a acontecer, que era composto em sua maioria por uma elite insatisfeita com o controle da metrópole sobre

---

<sup>3</sup> Segundo o autor, Patria e Nação são conceitos distintos neste período, o primeiro diria respeito justamente a localidade, região em que se nasceu. Já o segundo seria um sentimento de identificação mais amplo com uma comunidade ao qual se faz parte, parecido com a maneira que o termo é entendido atualmente.

si, – e o conseqüente aumento de imposto por isso gerado – que não propunha fim do regime escravista e nem emancipação política dos demais territórios da América Portuguesa, entrou para a memória social como nacionalista.

Ilmar Rohloff de Mattos (2005) afirma que a gestação da ideia de Nação no Brasil foi feita a partir de 1822 pelos indivíduos engajados neste processo. Naquela conjuntura, o que estes atores ansiavam era a superação de sua condição de atraso pela incorporação de procedimentos adotados pelos países Civilizados. Ao mesmo tempo, filiavam-se a sua ancestralidade portuguesa:

A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira era propiciada pela construção do Estado imperial. E esta construção, por sua vez, impunha a própria constituição da Nação. À dominação das demais “nações” somava-se a direção pelo Governo do Estado daqueles brasileiros em constituição, o que implicava um padrão diverso de relacionamento entre aquele governo e o da Casa, “quebrando” as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos. Impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: uma expansão para dentro. E aí reside o traço mais significativo na construção de uma unidade. (MATTOS. 2005, p.19)

Ilmar Mattos propõe que o ponto de referência dos Construtores do Brasil seria a herança do reformismo ilustrado português, tendo no Marquês de Pombal sua personificação. Tal referência dá nome ao seu artigo: “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” (MATTOS, 2005). Nos anos seguintes, esta percepção de que o caminho ideal para o Brasil deveria ser direcionado por um Estado forte, com divisão político-administrativa unitarista e com controle da economia passaria a caracterizar o Partido Conservador, ou Saquarema. Este ponto de partida, a nosso juízo, parece a mais adequada para compreender as origens do Pensamento Político Nacionalista, ou Nacional-estatista, tal como categorizado por Christian Lynch (2013). Neste primeiro momento, Bernardo Pereira de Vasconcellos(1795-1850) e Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1807-1866) seriam os grandes representantes da discussão política em torno do conceito de Nação para o Brasil, reivindicando para si posição realista em oposição ao idealismo cosmopolita e federalista dos seus opositores do Partido Liberal, ou Luzia.

### **3. O paradigma da Modernização como evolução e sua crítica**

Tal como aponta Christian Lynch (2013), a última década do Império e a maior parte da Primeira República são marcados pela hegemonia do pensamento liberal. Findo nosso período

Monárquico, inicia-se o período oligárquico<sup>4</sup>, marcado por um modelo excludente, fechado para a participação política e mesmo para a representação. Desde a Constituição de 1891, o país passara a ser oficialmente federalista, com ampla autonomia legislativa para os Estados. Em 1898, com a política dos governadores inaugurada por Campos Salles monta-se um arranjo de acordo entre Municípios, Estados e União na qual um ente garante a manutenção do poder do outro. Esta prática ficou popularmente conhecida como política do “Café com Leite”, por ter se caracterizado por uma alternância na presidência da República entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.<sup>5</sup> Do ponto de vista econômico, o período foi igualmente liberal e baseava-se em modelo primário, exportador de Café, “[...] com um regime cambial e comercial relativamente livre.” (FRITSCH, 1990), baseado na Doutrina das Vantagens comparativas de David Ricardo. Seguindo esta doutrina, enxergava-se que o papel do Brasil na economia internacional seria de espécie de celeiro do mundo, por conta de suas condições favoráveis para a agricultura.

As práticas políticas e econômicas adotadas na Primeira República evidenciam uma característica que Christian Lynch considera fundamental no pensamento liberal brasileiro, seu cosmopolitismo. Para o autor: “As elites oitocentistas brasileiras cedo absorveram esses conceitos e categorias, extraídos da filosofia da história, e a cultivaram por muito tempo.” (LYNCH, 2013, p. 740). Dentro deste paradigma, o Brasil era um país atrasado que por esta condição deveria transplantar instituições e doutrinas aplicados nos países mais evoluídos da Europa e dos Estados Unidos da América. Intelectuais como Silvio Romero surgem como figuras chaves no enquadramento do problema do atraso nacional por instrumental teórico importado das ciências biológicas, então em ascensão. Como consequência, o Brasil passou a ser percebido como atrasado devido sua composição geográfica e racial. Em outro trabalho, advogamos:

As preocupações da virada do século XIX para o XX tiveram uma relação muito mais estreita com a noção de inferioridade do negro e como isso representaria um empecilho na formação de uma população civilizada, equilibrada e dada à intelectualidade. Os argumentos que demonstravam a instabilidade dos mestiços e sua degradação em relação às raças originais acabaram sendo modos de desqualificação do perfil da população brasileira, com grandes contingentes mulatos e caboclos. [...] O debate foi ficando cada vez mais complexo. Além de divergirem sobre quais rumos o Brasil deve tomar para se tornar uma nação vista como civilizada, os autores não

---

<sup>4</sup> Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileira (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2014, 283 p. Segundo este autor, o modelo instaurado no Brasil foi ainda mais fechado do que no Império, sobretudo nos anos finais do Segundo Reinado.

<sup>5</sup> Cf. o verbete elaborado pela equipe do Centro de Documentação e Pesquisa da FGV-Rio disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>

concordavam nem quanto aos conteúdos fixos do conceito de raça. Essa ideia adotava um formato histórico [...], como no Silvio Romero de A história da literatura brasileira (1888), onde este admitia a predeterminação histórica da raça pelo meio de origem. Nina Rodrigues também foi outro autor que pode ser identificado como um dos herdeiros da tradição determinista de raça, que concebe estudos baseados em supostas diferenças genéticas e naturais entre grupos que devido a condições preexistentes à vida social estão localizadas em determinada posição. (CANNONE; DIAS, 2018, p. 9)

Neste período, já começa a emergir também uma ciência social brasileira em moldes modernos, que vai gradualmente se distanciando da literatura. Autores como Silvio Romero (1851-1914) já demonstram uma tentativa de compreensão da realidade nacional por uma via que se distancia do discurso ficcional. Com Alberto Torres e Oliveira Viana começa a se perceber uma ênfase na análise das estruturas econômicas e sociais, próprias do Brasil, como condicionantes da mudança. A política brasileira deveria ser pensada a partir das relações econômicas e de classes sociais seguindo a especificidade do Brasil. A nosso juízo, eles funcionam como elo da tradição que reivindicava a necessidade do estudo da história do Brasil e de sua realidade social para a formulação de um projeto político modernizador de um tipo não mais calcado na evolução, mas no que viria posteriormente a ser compreendido como desenvolvimento (MARRECA, CANNONE, 2017).

Pelo menos desde a sua obra de 1920, *Populações Meridionais do Brasil*, Francisco de Oliveira Viana se preocupava com o problema do transplante de ideias exógenas para a realidade brasileira e suas consequências na política nacional. Vale destaque aqui, a análise presente no capítulo VII, no qual o autor tratou da “função simplificadora do grande domínio rural”. Nesta empreitada, ele oferece um estudo do latifúndio e as suas consequências para a economia e para a sociedade nacional como um todo. Oliveira Vianna acreditava que a forma de administração da terra no Brasil teria a ver com o ambiente e o clima tropical, mas não reduz sua análise a isso. Para ele, haveria algo de feudal na estrutura agrária brasileira que ecoaria desfavoravelmente na sociedade e na economia, chegando a ser pior do que o feudalismo europeu. No nosso caso, o grande domínio geral só teria produzido instabilidade, desordem e falta de vínculo de parte da população com a terra. Nas palavras de Oliveira Vianna: “O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez do homem à terra.” (VIANNA, 1952, p. 136)

A função simplificadora do grande domínio rural teria impedido que a sociedade brasileira se tornasse complexa ao refrear a formação de uma classe média. Para o autor, uma economia baseada em latifúndios produtores de gêneros voltados apenas para o mercado

externo era rústica e atrasada. A partir daí surge o paralelo que Vianna faz entre as grandes extensões de terra nacionais e o feudalismo medieval. A estrutura fundiária nacional não teria permitido que se formassem pequenos proprietários e um comércio amplo, ambos teriam sido engolidos pela capacidade de autossustentação das fazendas.

Posta esta mácula de nossa formação social, o Brasil precisaria pensar soluções próprias para modernizar-se. Segundo o autor, isto passava sobremaneira pela industrialização, tida como modelo econômico superior. Uma vez que esta fosse implementada, teríamos condições de viver em forma superior de organização, com laços de solidariedade social e aumento qualitativo na nossa forma de vida. Entretanto, se na Europa e nos EUA isto foi fruto de suas respectivas histórias, diferente da nossa. Recorrendo ao passado nacional no capítulo “Função política da Coroa”, o autor associa nosso ápice de modernização ao período Imperial. Segundo o sociólogo, a hegemonia do Rio de Janeiro foi conquistada lentamente pela representação do Rei – D. João VI e, posteriormente, D. Pedro I e II<sup>6</sup> – como “[...] substrato moral da nacionalidade” (VIANA, 1952, p.321). A fidelidade a estas figuras teria impedido que tendências separatistas tivessem sido bem-sucedidas, evitando o desmembramento após a Independência.

Durante o Segundo Reinado, D. Pedro II teria tido a função de regular o jogo dos partidos, que seria agitações entre caudilhos conservadores e liberais. Neste período também teria se instaurado o regime de centralização que coloca nas mãos do monarca a vida política nacional, que por sua vez escolhia que ocuparia os principais cargos políticos e administrativos. Essa medida seria positiva por impedir a ascensão de um chefe local ao poder, que desde a função a função simplificadora do grande domínio rural colonial seria uma tendência natural caso não houvesse impedimentos externos.

Certamente, o autor estava pensando na sua realidade política da Primeira República quando constatou isso, fato que se evidencia no capítulo XVI, sobre a “Formação da ideia de Estado” no Brasil. Visto as diferenças na evolução política de nosso país e dos EUA, adotar o modelo da nação do Norte seria equivocado, pois lá os “Agentes do poder não se confundem com o poder” (VIANA, 1952, p. 384), qualidade da qual não poderíamos nos orgulhar, pois a descentralização só nos teria causado desordem. Em nossa história, apenas a figura do monarca teria sido capaz de garantir a Ordem. Visto que nossa população ainda não teria conseguido atingir organicamente uma consciência nacional que não dependesse da ação direta de entes, nós precisaríamos repetir o exemplo do Segundo Reinado em sua “[...] ação lenta e contínua do

---

<sup>6</sup> O maior destaque é dado para este último.

Estado – um Estado soberano. Incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.” (Idem, p. 387). Na obra de Oliveira Viana aparece então a defesa da ação do Estado como forma de garantir a superação do atraso nacional que, ao mesmo tempo, passaria pelo estabelecimento de um modelo industrial. Anos depois, o sociólogo e jurista viria a ocupar cargos políticos e administrativos na chamada Era Vargas, na qual ele faria o esforço de pôr em prática formas por ele diagnosticadas de corrigir as mazelas nacionais.

#### **4. Da era Vargas até 1964: a formação do paradigma desenvolvimentista**

Segundo análise clássica de Celso Furtado (1963), acompanhada por José Serra (1982), o início da industrialização no Brasil teria início a partir de crise de 1929 e a consequente queda no preço do Café dada pela sua superprodução. Uma vez que o setor cafeeiro não tinha o que exportar (devido a baixa do preço de seu produto, que por sua vez não tinha alto valor agregado) e existia demanda crescente por produtos manufaturados, o excedente é reinvestido na Indústria. Estas medidas não compunham um projeto, mas uma forma de se salvar de uma crise. O conjunto das atividades ocorria ao redor do setor produtor de Café, com uma indústria de bens de consumo duráveis. Tratava-se de uma industrialização leve e dependente do setor primário.

Na cena política, a consequência de 1929 teria gerado uma ruptura no pacto das oligarquias que, como consequência final, teve a Revolução de 1930. Nesta nova fase, a industrialização, com ênfase no setor pesado é levada a frente como processo induzido pelo Estado de forma deliberada e consciente, ocorrendo uma mudança do setor dinâmico da economia para o mercado interno.

Wanderley Guilherme dos Santos (1970) afirma que a geração dos anos 1930 representa uma espécie de “divisor de águas” (Idem, p.20), responsável por lançar questões que iriam ser retrabalhadas e desenvolvidas por todo o pensamento político brasileiro posterior. O cientista político não deixa de chamar atenção para o fato de que Alberto Torres e Francisco Oliveira Viana foram os dois intelectuais – depois de Euclides da Cunha – que teriam dado início à maneira de ver o Brasil que orientou esta geração. De fato, ambos são comumente citados e comentados por Virgínio Santa Rosa, Góes Monteiro, Martins de Almeida, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Alceu de Amoroso Lima e muitos outros considerados de esquerda ou de direita, até chegar nos intelectuais dos anos 1950.

Em maior ou menos graus estes teóricos carregam também a influência do Positivismo, percebida tanto por Fonseca (2015) e por Salomão e Fonseca (2017). Segundos os autores: “Para firmar-se como política econômica, a união de uma postura nacionalista com medidas

pró-industrializantes e práticas intervencionistas foi revestida, ainda, pelo invólucro positivista.” (Idem, p. 12). Este invólucro é descrito no artigo solo de Fonseca, no qual ele põe três características da doutrina de Augusto Comte como fundamental: entendimento da História como processo evolutivo, intervencionismo estatal e planejamento, este último entendido como: “[...] um conjunto consciente e racional de ações a ser implantado de forma concatenada e acompanhada, com a explicitação de objetivos, metas, meios e instrumentos para alcançá-los. (FONSECA, 2015, p. 16). Consideramos a primeira característica a que é mais evidente. A segunda, embora igualmente presente, pode também ser atribuída a autores como Alberto Torres e Oliveira Viana, assim como a herança do Reformismo ilustrado português percebida por Ilmar Mattos (2005). Para esta hipótese alternativa, demonstramos até agora no trabalho comprovação em bibliografia primária e secundária.

A última característica, assim como a intencionalidade na ação das três juntas dentro de um marco capitalista, talvez sejam os pontos mais importantes para compreender em que momento o pensamento nacionalista se torna desenvolvimentista. Acompanhamos a interpretação de Tamyres de Marco (2018) a qual atribui Antônio Azevedo Amaral o primeiro intelectual que, após a existência de experiências desenvolvimentistas, formulou uma contribuição teórica sobre essa política econômica, a qual podemos chamar de desenvolvimentismo. Segundo demonstra a autora, sobre a teoria da modernização de Azevedo Amaral:

As capacidades políticas do Estado passavam a ser vistas como um instrumento propulsor da modernização e o Estado o agente da consolidação do capitalismo no Brasil. A orientação estatal sobre as atividades econômicas do país se tornava a única alternativa à rígida dinâmica de mercado do século anterior. De modo que se o século XIX havia representado um período de hegemonia etapista da doutrina liberal, o século XX superava este modelo na medida em que incorporava à noção de *continuum* a possibilidade de um encadeamento de rupturas (Amaral, 1934). Ou seja, considerado um período resultante, porém independente do seu passado, o século XX possibilitava ao Brasil a utilização de métodos políticos intervencionistas voltados à aceleração de sua própria industrialização, voltados ao planejamento de sua modernização. Para tanto, bastaria uma organização cujo alcance do poder executivo do Estado fosse mais amplo do que aquele observado Estado liberal do século XIX. (MARCO, 2018, p. 9)

Tamyres de Marco demonstra no decorrer do artigo que para Azevedo Amaral “Tratava-se de coordenar, não de reprimir os interesses privados” (Idem, p. 11). Ele chegaria a ser favorável, em um período de baixa poupança nacional, da entrada de Capital internacional. Nas concepções do autor, o nacionalismo teria uma faceta tanto política quanto econômica sendo, que caberia a primeira o controle sobre a segunda a fim de ajustar os livres investimentos nas “[...] bases de uma política nacionalista. Neste sentido, o relevante para a política brasileira era

a sua orientação política nacionalista e não a origem do capital a ser empregada em seu desenvolvimento.” (Ibidem, p. 12)

Inserido dentro de um caldo cultural nacionalista de sua geração, Azevedo Amaral junta os topos comuns de sua época: a crítica do transplante de instituições e ideias estrangeiras, a defesa de políticas industrialistas e a centralidade de um Estado forte. No entanto, dá a elas racionalidade econômica no sentido de planejamento racional para a adoção de metas nos marcos de uma economia capitalista. Portanto, vemos neste autor a ponto de um pensamento político nacionalista para um que, sem deixar de sê-lo, é também desenvolvimentista.

Tal como apresenta José Serra (1982), a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek o Brasil se torna efetivamente uma economia industrial. O setor que mais cresce a partir do período é este, com ênfase no Manufatureiro. Na política, César Guimarães destaca que a República de 1946 seria uma “democracia limitada ou relativa” (GUIMARÃES, 2001, p. 155) que se sucedeu de uma ditadura, o Estado novo. A saída de Vargas teria se caracterizado por um apelo crescente aos trabalhadores (que culminou na formação do PTB) e a um “nacionalismo econômico defensivo” (GUIMARÃES, 2001, p. 156) de tipo muito diferente da experiência fascista europeia. No governo de Eurico Gaspar Dutra, a situação haveria sido diferente. O então presidente pôs na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil e perseguiu diversos sindicatos.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento teria se transformado palavra-chave da política, tendo sua polissemia disputada pelos mais diversos grupos. O termo teria entrado para o vocabulário político e econômico, produzindo um novo horizonte de expectativas<sup>7</sup>. Nas palavras do autor:

O pós-guerra, contudo, não é apenas a Guerra Fria. Nele se explicita um conjunto de ideias-força, que anima a política de velhos e novos Estados. Assim, o termo ‘desenvolvimento’ penetra no vocabulário econômico, político e jornalístico e empolga estadistas, de particular nas novas nações. O crescimento econômico acelerado seria a chave da redução das desigualdades intra e internacionais. É verdade que os caminhos para o desenvolvimento são diversos, há fórmulas opostas – capitalismo, socialismo –, mas uma segunda ideia-força, a de planejamento, plano programa, parece amenizar – parece... – as diferenças. Às intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética – um experimento antes tido por inviável. (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

Para o cientista político, a ideia de desenvolvimento planejado pelo Estado foi uma forma de dar substância econômica ao fenômeno político da descolonização, que estaria

---

<sup>7</sup> A referência ao célebre termo de Reinhart Koselleck (2006) é nossa e não do autor. Entretanto, acreditamos que o conceito se encaixa na análise feita.

ocorrendo nos países periféricos. Na América Latina, haveria um conceito de desenvolvimento é preenchido por um conteúdo emancipatório. César Guimarães sintetiza perfeitamente a hipótese em uma frase: “Descolonização, nacionalismo econômico, planejamento são nomes da esperança.” (GUIMARÃES, 2001, p. 158)

César Guimarães ressalta que durante o governo Kubistchek os nacionalistas foram ganhando progressivamente mais pautas democratizantes. É neste contexto que, partir de 1952, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo começou a se reunir no Parque de Itatiaia. As diferenças teóricas entre os dois fez com que em 1953 os cariocas formassem o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia (IBESP). Em 1955, decidiu-se criar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) para orientar a política no sentido da ideologia nacional-desenvolvimentista. O ISEB se organizava por cátedras de Ciência Política, Economia, Filosofia, História Universal, História do Brasil e Sociologia.

Desde sua fundação, o ISEB pretendia ser um centro de formulação ideológica para o nacional-desenvolvimentismo. Em texto de 1977 escrito por Hélio Jaguaribe o ex-iseabiano associa os erros de análise cometidos na tese de Caio Navarro de Toledo aos erros de sua perspectiva marxista, baseada no filósofo Louis Althusser. O que parece haver é um desencontro semântico entre o conceito de ideologia de Hélio Jaguaribe e de seu crítico. O segundo parece percebê-lo em uma concepção marxista clássica, de falseamento da realidade e ocultação das condições objetivas. O ISEB seria aparelho ideológico do Estado que reproduziria tal máscara superestrutural sob a sociedade brasileira. Jaguaribe retruca:

Fábrica de ideologias, o ISEB? O plural, desde logo, é incorreto. O ISEB se dedicou à análise e à discussão de uma só ideologia, o nacional-desenvolvimentismo. Pela originalidade e fluidez com que tratou seus temas, foi menos fábrica do que fonte. Algo de diametralmente oposto à divulgação mecânica e sectária de ideologias pré-fabricadas, de esquerda ou de direita, que naquele tempo, como hoje, é prática fácil, com muitos adeptos. (JAGUARIBE, 2016, p. 89)

Na palestra que deu origem ao livro *Condições institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a), Jaguaribe destacou o papel ativo dos intelectuais do ISEB na formação desta ideologia:

Acredito que experiências como a que estamos aqui realizando no sentido de esclarecer a problemática brasileira e elucidar os requisitos de que depende o desenvolvimento econômico, constituem exatamente um meio de dar execução prática ao imperativo a que acabo aludir, de formar correntes de ideias e interesses suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país. (JAGUARIBE, 1958, p. 53)

## **5. Considerações finais: o golpe de 1964 e a ruptura do desenvolvimentismo democrático**

Um ano depois do golpe, Celso Furtado (1965) já buscou compreender o fenômeno. Em sua explicação, o crescimento demográfico das grandes cidades gerado pela diferença salarial entre cidade e campo não foi acompanhado por aumento na oferta de empregos. Como consequência, ocorreu a transferência do centro de gravidade política para as regiões mais urbanizadas. Já o processo de industrialização teria ocorrido sem confrontação explícita de atores com interesses distintos, produzindo um tipo de empresário que não foi do tipo burguês-industrial, portanto, não havendo conflito entre seus interesses e o do setor agroexportador. Do ponto de vista eleitoral, isso teria gerado o confronto entre um legislativo agrarista e atrasado eleito pelo voto proporcional e um executivo representante das massas urbanas eleito pelo voto majoritário. Em 1964, este conflito insolúvel teria resultado em uma ruptura democrática.<sup>8</sup>

Independente de concordarmos ou não com o diagnóstico do economista, é importante para nós ressaltar que, se é uma tônica antiga do pensamento político brasileiro nacionalista a divisão entre um Brasil rural e atrasado e um outro urbanizado e dinâmico, o fim de um modelo desenvolvimentista que animou intelectuais como o próprio Furtado parte do mesmo paradigma.<sup>9</sup>

Em texto de 1970, Aníbal Pinto assinala que consequência da heterogeneidade estrutural da América Latina é que de 35 a 40% da população ativa da região trabalhava nos setores “atrasados”, embora eles só representem 8% do PIB. (PINTO, 2010, p. 574). Embora destaque a necessidade de “[...] deslocamento da ênfase de um crescimento precariamente assentado nas bases anteriores para um crescimento cujo eixo e objetivos centrais fossem a disseminação do progresso técnico, a ampliação do mercado interno, a “homogeneização” do sistema [...]” (Idem, p. 584) o autor parece pessimista. Segundo seu diagnóstico, haveria tendência dois países Latino-americanos acentuarem sua heterogeneidade nos anos 1960. Embora os cepalinos tivessem acreditado durante o período de auge da industrialização por substituição de importações que a tendência de homogeneização da economia – tal como aconteceu nos países do centro – poderia se concretizar na América Latina essa expectativa não se verificou. Além

---

<sup>8</sup> Wanderley Guilherme dos Santos (1986) ocupa-se por inserir variáveis políticas nesta explicação. Segundo o cientista político, a diferença de 1964 para casos anteriores da política nacional é que ocorreu uma coalizão de veto ad-hoc na qual a UDN reprovava pautas do PTB e vice-versa. Ela, por sua vez, foi gerada pela progressiva radicalização do período.

<sup>9</sup> Optamos por não desenvolver diretamente as ideias de Furtado e da CEPAL para não tornar o trabalho ainda mais extenso. O fundamental de nossa análise era o nacional-desenvolvimentismo brasileiro, do qual o ISEB foi amostra. No entanto, concordamos com Bielchowsky (2000) que a CEPAL representou pensamento econômico original para pensar a condição dos países periféricos do capitalismo. Entendemos também que existia um vínculo grande entre o centro latino-americano e o ISEB.

dos motivos já citados, teria ocorrido permanência da dependência do exterior e a marginalização de setores da população dos proventos do desenvolvimento.

Três anos depois o economista teria ainda mais motivos para ficar pessimista, em seu país natal, o Chile, ocorreu um golpe militar que passou muito longe de implementar uma agenda heterodoxa em economia. Como é sabido, este não foi caso isolado, além do golpe militar em 1964 no Brasil e no Chile nove anos depois, ocorreram rupturas democráticas em diversos países da região como Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, etc. Com políticas econômicas distintas, elas tiveram em comum a pouca ou nenhuma preocupação com incremento da qualidade de vida da população ou medidas distributivas. Isso explica porque, acertadamente, Pedro Fonseca (2015) não coloca distribuição de renda como conceito presente no núcleo central do conceito de desenvolvimentismo ao observar as suas experiências práticas de implementação enquanto política econômica.

Voltando para o caso brasileiro, César Guimarães (2001) assinala que nos Anos 1960 o industrialismo desenvolvimentista teria conquistado a hegemonia (inclusive em setores da direita), tendo sido retomado pelos militares posteriormente. Entretanto, o golpe de 1964 representaria a derrota de um projeto nacionalista democrático. Em seu lugar, haveria um nacionalismo militar que seria mera reificação do conceito. A noção de segurança nacional seria um nacionalismo que era apenas “propaganda desmobilizante” (GUIMARÃES, 2001, p. 167)

No ISEB o desenvolvimento não era percebido como incompatível com a democracia. Os dois autores aqui analisados entendiam a participação popular nos processos políticos como fundamental. Era compreensão comum a esta intelectual que parte essencial do processo de desenvolvimento do Brasil se fazia pela distribuição de recursos. Mesmo Hélio Jaguaribe, defensor da burguesia como classe responsável pelo desenvolvimento, destacava a importância da democracia:

No plano das nossas relações sociais, esses fenômenos de estrangulamento se apresentam em termos de permanência, além do período em que historicamente ainda eram compreensíveis, dos privilégios de classe, que tendem a enquistar-se em determinados sistemas de resistência e dificultam a horizontalização da democracia brasileira, suscitando, ademais, um fenômeno extremamente grave, que é o parasitismo social.” (JAGUARIBE, 1958, p. 17)

O golpe de 1964 fechou o ISEB ainda no dia 1º de abril. Com isso, os militares encerram a polissemia dos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimentismo e nacionalismo, dando a eles sentido antidemocrático e conservador. O resultado do processo foi o colapso do modelo militar a partir da crise do Petróleo em 1979. A partir daí, a crença no Brasil como país do

futuro é atingida em suas bases e as elites nacionais aderem a outros tipos de enquadramentos e agendas para a superação do “atraso nacional”.

### **Referências Bibliográficas:**

AZEVEDO AMARAL, Antônio José. O Estado Autoritário e A Realidade Nacional (1938). Brasília: UNB, 1981.

BIELCHOWSKY, Ricardo. (2010). “Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – Uma resenha”. In: \_\_\_\_\_. (org). Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – vol.1 e 2. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá; DIAS, Wesley Luiz de Azevedo. A Burocracia adaptada de Alberto Torres: um exemplo Estatal para uma sociedade multirracial. 43º Encontro da ANPOCS. Caxambu, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

FAUSTO. Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FONSECA, Pedro César Dutra. (2015). “Desenvolvimento: a construção do conceito”. Texto para Discussão IPEA n.2103, julho.

FONSECA, Pedro César Dutra. e Salomão, Ivan Colangelo (2017). “O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade”. Revista de Economia Contemporânea, número especial, p. 1-20.

FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise da Primeira República.” In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FURTADO, Celso (1965), Political Obstacles to Economic Growth. *International Affairs*. 41, 2:252-266.

GUIMARÃES, César Augusto Coelho. “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

\_\_\_\_\_. “Usina de altos estudos”. *Insight inteligência*. Rio de Janeiro, n. 75, out-nov-dez 2016. p. 81-90.

KHUM, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileira (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2014, 283

\_\_\_\_\_. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. p. 727-766.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARRRECA, Pedro Paiva; CANNONE, Helio. Nacionalismo Periférico no Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré: História, Política e Epistemologia. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política. Montevideu, 2017.

MARCO, Tamyres Ravache Alves de. Azevedo Amaral e as origens do desenvolvimentismo. *Revista Política Hoje*, vol. 27, 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 1, maio 2005

PINTO, Anibal. (2010). “Natureza e implicações da ‘heterogeneidade estrutural’ da América Latina”. In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – vol. 2*. Rio de Janeiro: Record.

SERRA, José. (1982). “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após Guerra”. *Revista de Economia Política* 2(6): 5-45.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo* 3. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *1964: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. Raízes da Imaginação Política Brasileira. Revista Dados, n. 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: avenir, 1978.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1967.

TORRES, Alberto. *Problema Nacional Brasileiro*. Fonte Digital ebooksbrasil.com, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf>>

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

\_\_\_\_\_. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.